

31/08/98
A-12

Serrarias poderão retomar ação em mata nativa da BA

Marcia Guena
de Salvador

O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) avaliará hoje, em Maceió (AL), um projeto de estudos sobre a Mata Atlântica que permitirá aos empresários do setores de madeira, cacau e café retomarem, em alguns meses, suas atividades nas áreas da Bahia onde a mata ainda se encontra em estado nativo. As 254 serrarias que operavam até o início deste ano na região estão há quase quatro meses sem tombar uma só árvore, obedecendo a Resolução nº 240 do Conama, publicada em 16 de abril, que tornou inaplicáveis os 391 Planos de Manejo liberados.

Até que o projeto esteja concluído, o que demorará pelo menos quatro meses, as ações na região continuarão estagnadas. No final do processo, apenas 40 serrarias deverão ficar na região, já que a área para exploração será drasticamente reduzida. Mais de 60% da madeira consumida por essas empresas era clandestina, segundo estimou Marcelo Miranda, gerente de Fomento do Departamento de Desenvolvimento Florestal (DDF) da Secretaria da Agricultura da Bahia.

Um comissão composta por representantes de entidades ambientalistas, do setor madeireiro e do governo do estado elaborou o projeto conhecido como Termo de Referência — Estudo para a Sustentabilidade da Atividade Madeireira na Mata Atlântica da Bahia. Orçado em R\$ 500 mil, ele propõe que antes da retomada da derrubada de novas árvores, três aspectos sejam levantados, para que seja determinado o real potencial de exploração.

O primeiro é o da cobertura florestal nativa remanescente. Sabe-se, por uma pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que 92% da mata nativa foi devastada no Brasil, e a Bahia não es-

capa a essa estatística. O segundo é um estudo das espécies comerciais disponíveis. E o último, e mais complicado, refere-se aos efeitos da exploração florestal.

Uma auditoria realizada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com ONG's e entidades governamentais, detectou que, dos 391 planos levantados na região em março deste ano, apenas 37 estão aptos; 193 foram considerados suspeitos por irregularidades na documentação; 54 totalmente recusados; e 19 estão em repouso, aguardando o ciclo natural de exploração da mata.

A região convive ainda com a devastação impulsionada pelos cacauicultores, que, ao abandonarem o plantio pela crise que atingiu o setor, passaram a devastar a mata para a formação de pastos. Nos locais atacados pela doença "vassoura-de-bruxa", o Conselho Estadual de Meio Ambiente liberou a derrubada para dar lugar a uma nova cultura.

Além das irregularidades detectadas, grande parte das 254 serrarias operavam ilegalmente na região. Muitas delas não portavam a Autorização de Transporte de Produtos Florestais e a autorização para o desmate. Somado a isso, as que tinham a documentação em dia consumiam madeira clandestina. "A lei era facilmente burlada. O proprietário de terra ou a serraria que possuía a documentação fornecia esses mesmos papéis a seus vizinhos, que conseguiam esquentar o produto irregular", diz Miranda.

Segundo Geraldo Alex Hagemeyer, secretário executivo da Associação Florestal de Produtiva da Bahia (AFPB), o impacto da medida não foi pequeno, pois cerca de 60% das serrarias fecharam suas portas e grande parte dos 10 mil empregados foram demitidos.